

Sarney sabe da gravidade do conflito na reserva ianomami desde janeiro

Da correspondente em Belém

O presidente José Sarney sabe do desmatamento, da poluição e da violação de direitos humanos na reserva indígena ianomami (extremo oeste de Roraima), causados pela entrada ilegal de garimpeiros, desde janeiro passado através de ofício que recebeu do Ministério da Justiça. O então ministro da Justiça Paulo Brossard informou ao presidente que uma equipe do ministério esteve na reserva e constatou a "gravidade" da situação. Brossard destacou a completa "omissão dos órgãos públicos" e pediu providências a Sarney.

A viagem dos técnicos foi recomendada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão do Ministério da Justiça, para que fossem apuradas irregularidades nas áreas indígenas de Roraima. No ofício, Brossard denunciou ao presidente atividades ilegais de tráfego aéreo e mineração, depredação do meio ambiente, desrespeito à Constituição federal, omissão dos órgãos públicos, violação de direitos humanos, corrupção e "possibilidade de repetirem-se fatos como os que aconteceram na região de Serra Pelada (PA)".

Passados dois anos e meio da invasão dos garimpeiros —e exatamente dez meses depois que o presidente tomou conhecimento da questão—, o choque cultural entre índios e garimpeiros agrava-se a cada dia na reserva e já provocou a morte de mais de 150 índios —seja por confrontos diretos, seja por doenças infecto-contagiosas ou causadas pelo desmatamento (como a malária). A liminar do juiz federal Novelty



Vidal Cavalcanti - 22 Jan. 88

Aldeia da reserva ianomami, no extremo oeste do território de Roraima

Vilanova da Silva, de 20 de outubro último, determinando a retirada dos garimpeiros não tem a menor perspectiva de ser cumprida. A Funai e o Ibama sequer elaboraram um plano de atuação e seus representantes reclamam de falta de condições físicas e materiais.

Ontem, dois aviões bimotor chegaram a Boa Vista, enviados pela presidência da Funai e pela Superintendência do órgão no Amazonas. O administrador da Funai em Roraima, José Maria Nascimento, no entanto, afirmou à **Folha** que os aviões ajudarão no transporte de médicos e enfermeiros à reserva. Ele reconhece que a Funai está cuidando só das consequências da invasão —a doença dos indígenas—, mas acredita que a Funai perderia tempo e dinheiro se enviasse a Polícia Federal para apurar apenas consequências dos conflitos enquanto as causas continuam intocadas.

Os conflitos entre garimpeiros e índios são diários, mas a Funai sabe pouco sobre eles pois os

postos na reserva foram desativados por falta de segurança aos agentes.

O chefe de Gabinete do governador de Roraima, Marcelo Chagas, disse à **Folha** que Romero Jucá Filho é contra a retirada dos garimpeiros. "A opinião do governador é a de que os garimpeiros estão ganhando a vida honestamente." Segundo Chagas, Romero defende que o Congresso Nacional aprove a mineração na reserva e que haja um divisão de terras indígenas e garimpeiras. "Agora não dá para colocar a Polícia Militar fiscalizando a área, se nós temos bandidos para cassar em Boa Vista", disse.

A Igreja local, que trabalha com os ianomami, critica o governador, que foi presidente da Funai. O padre Lírio Girard, superior dos missionários, afirma que Jucá tem interesse em manter a situação, já que pretende concorrer a uma vaga no Senado nas próximas eleições. "40 mil garimpeiros significam um número razoável de votos." (Telma Pinto)